

Entre a terra conquistada e a justiça negada: 09 anos do Massacre de Pau D'Arco
“Em verdade vos digo: se o grão de trigo que cai na terra não morre, fica só; mas, se morre, produz muito fruto.” (João 12,24)

Neste mês de maio de 2026, completam-se nove anos do Massacre de Pau D'Arco, ocorrido em 24 de maio de 2017, quando dez trabalhadores e trabalhadora rural — Hércules Santos de Oliveira, Regivaldo Pereira da Silva, Jane Júlia de Oliveira, Antônio Pereira Milhomem, Bruno Henrique Pereira Gomes, Clebson Pereira Milhomem, Oseir Rodrigues da Silva, Nelson Souza Milhomem, Wedson Pereira da Silva e Ronaldo Pereira de Souza — foram perseguidos, torturados e executados por agentes do Estado (policiais civis e militares), na Fazenda Santa Lúcia, localizada no município de Pau D'arco, no sul do Pará.

Nove anos depois, seguimos afirmando diante do país e do mundo: Pau D'Arco não foi confronto!. Pau D'Arco foi um massacre! Foi execução! Foi mais um capítulo da histórica violência no campo que marca o Estado do Pará e toda a Amazônia brasileira.

A impunidade que atravessa este caso é também a continuidade da violência. Isso porque quando o Estado demora, silencia ou falha em responsabilizar os mandantes e executores de crimes contra trabalhadores rurais, povos indígenas, quilombolas, posseiros, ribeirinhos e defensores da floresta, ele autoriza que novas violências aconteçam.

Ao mesmo tempo, é inaceitável que, se aproximando de quase dez anos do massacre (2017-2026), o processo criminal contra os policiais acusados continue sem data definida para julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará. As famílias seguem aguardando respostas do sistema de justiça e convivendo diariamente com o sofrimento e a dor das perdas humanas e com a angústia revolta, pela sensação de impunidade e de injustiça.

Também causa profunda indignação a lentidão dos processos de indenização das vítimas e familiares. O Estado brasileiro caminha para completar uma década do massacre sem garantir reparação efetiva às famílias atingidas pela violência estatal. Trata-se de mais uma forma de revitimização e descaso, que aprofunda o sofrimento de quem perdeu filhos, companheiros, pais, irmãos e companheiras naquele 24 de maio de 2017.

Não pode haver verdadeira justiça enquanto os responsáveis seguem sem julgamento definitivo e as famílias permanecem sem reparação. A morosidade do Estado também é uma forma de violência!.

Mesmo diante da dor, da impunidade e da demora do Estado em garantir justiça, a resistência das 200 famílias camponesas que permaneceram na área - Faz. Santa Lúcia —manteve viva a luta pela terra e pela dignidade.

É neste contexto que as famílias recebem como importante conquista a publicação da Portaria nº 1.598, de 21 de janeiro de 2026, que criou oficialmente o Projeto de Assentamento Jane Júlia, no município de Pau D'Arco/PA. A criação do assentamento representa uma vitória histórica, construída pela resistência e persistência destas famílias, pela organização popular e pela memória daqueles

e daquelas que tiveram suas vidas arrancadas no/pelo massacre.

O nome do assentamento não apenas eterniza Jane Júlia de Oliveira - a mulher e liderança assassinada e torturada no confronto, ele simboliza uma verdade que a violência não conseguiu destruir: tentaram matar a luta, mas a luta floresceu na terra. Onde tentaram impor o medo, hoje brotam roças, sementes, alimento saudável, organização popular e esperança. A terra regada por sangue tornou-se território de resistência e produção da vida.

Por isso, a memória de Pau D'arco também nos traz um importante alerta, o de que não podemos aceitar que a Amazônia e o território paraense sejam lembrados e tratados unicamente como local de extração, superexploração, mercadoria ou fronteira do agrohidromineronegócio. A Amazônia, Pau D'arco, Eldorado dos Carajás, e tantos outros territórios, devem ser lembrados e celebrados também como territórios, com múltiplos povos, que possuem múltiplas origens, memórias, ancestralidades, de espiritualidades, de biodiversidade e de relações e valores relacionais e respeitosos com vida, a natureza e com o território.

Neste 9º Ato em Memória das Vítimas do Massacre de Pau D'Arco, reafirmamos: A memória dos mártires de Pau D'Arco segue presente na caminhada do povo. Porque a busca pela justiça não morrerá. Porque a terra segue chamando.
Massacre de Pau D'Arco: Nunca mais!

Comissão Pastoral da Terra - Regional Pará.
Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Nova Vitória.
Coletivo Veredas.
Comissão de Direitos Humanos da subseção da OAB Xinguara/PA.
Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos - SDDH.
Instituto Zé Cláudio e Maria - IZM.
Rede Nacional dos Advogados e Advogadas Populares do Pará
Centro pela Justiça e o Direito Internacional - CEJII
Diocese de Santíssima Conceição do Araguaia

Instituto Universidade Popular - UNIPOP

Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST/PA

Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Sindicato dos Empregados Rurais dos municípios de Redenção, Cumaru do Norte, Santana do Araguaia e Pau D'arco - SINDTER

Central Única dos Trabalhadores - CUT

Coletivo Maparajuba Direitos Humanos na Amazônia

Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras - CPP